

# Itinerâncias

Percursos e Representações  
da Pós-colonialidade

Elena  
**BRUGIONI**

Joana  
**PASSOS**

Andreia  
**SARABANDO**

Marie-Manuelle  
**SILVA**

# Journeys

Postcolonial Trajectories  
and Representations

**hhuus**





## **Itinerâncias**

Percursos e Representações da Pós-colonialidade

## **Journeys**

Postcolonial Trajectories and Representations



# Itinerâncias

Percursos e Representações  
da Pós-colonialidade

Elena  
**BRUGIONI**

Joana  
**PASSOS**

Andreia  
**SARABANDO**

Marie-Manuelle  
**SILVA**

# Journeys

Postcolonial Trajectories  
and Representations

**hhuus**



**Universidade do Minho**  
Centro de Estudos Humanísticos



## AGRADECIMENTOS

Aos ensaístas, escritores e artistas que colaboraram neste projecto.

À directora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM, Ana Gabriela Macedo, pelo continuado apoio ao projecto GruPocLi.

À Adelina Gomes, ao Paulo Martins e à Vera Amorim, do CEHUM, pela ajuda nos aspectos logísticos da realização deste e de outros projectos.

À Edma de Góis pela revisão dos textos escritos em português do Brasil.

À livraria Centésima Página pela parceria na dinamização de eventos paralelos às acções académicas do GruPocLi.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia que, através do Fundo de Apoio à Comunidade Científicas, apoiou a edição deste livro.



## ÍNDICE

Introdução	13
Introduction	15
Pat Masioni	17

### I. ITINERÁRIOS TEÓRICOS NA PÓS-COLONIALIDADE

Teorias itinerantes antes do pós-colonial. Lugares, tempos, afiliações	19
<b>Manuela Ribeiro Sanches</b>	

Vítima do próprio sucesso? Lugares comuns do pós-colonial	39
<b>António Sousa Ribeiro</b>	

Negative inheritances: Articulating postcolonial critique and cultural memory	49
<b>Paulo de Medeiros</b>	

Lusophone postcolonial studies in an emerging postcolonial European epistemology	63
<b>Lars Jensen</b>	

“How to do things with concepts?”: articulações entre significantes políticos e <i>begriffsgeschichte</i> no pós-colonialismo situado	75
<b>Roberto Vecchi</b>	

### II. PELOS TRILHOS DA HISTÓRIA: PORTUGAL PÓS-COLONIAL

O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa	89
<b>Margarida Calafate Ribeiro</b>	

Contesting miscegenation and ‘lusotropicalism’: Women and the portuguese colonial order	101
<b>Ana Paula Ferreira</b>	

Processing Australia in Portuguese narratives of East Timor	121
<b>David Callahan</b>	

Rostos e rastros do colonialismo em <i>Vozes do Vento</i> de Maria Isabel Barreno	139
<b>Ana Paula Arnaut</b>	

“O império portátil” dos portugueses: ironia, paródia e imaginários	153
<b>Chiara Magnante</b>	

Crioulo em branco. Nova dança portuguesa e pós-colonialidade <b>Luísa Roubaud</b>	163
Ancestor worship 187 <b>Kit Kelen</b>	
Idolatria dos antepassados 189 Tradução de <b>Andreia Sarabando</b>	
<b>III. CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS PÓS-COLONIAIS:   REFLEXÕES E PERCURSOS</b>	191
Lugares da escrita, lugares da crítica 193 <b>João Paulo Borges Coelho</b>	
Literaturas africanas, língua portuguesa e pós-colonialismos 203 <b>Jessica Falconi</b>	
Literaturas africanas de língua portuguesa: deslocamentos 219 <b>Maria Nazareth Soares Fonseca</b>	
A infância, a guerra e a nação 229 <b>Robson Dutra</b>	
Para uma “literatura-mundo” em francês 243 Tradução de <b>Marie-Manuelle Silva</b>	
<b>IV. ROTEIROS DA LITERATURA E CULTURA EM CABO VERDE</b>	
A relação colonial sob o signo da reforma: As ambições (frustradas) do narrador em <i>Chiquinho</i> , de Baltasar Lopes <b>Ellen W. Sapega</b>	251
A diluição do Mar Caribe. Crioulidade e poesia em Cabo Verde 261 <b>Rui Guilherme Gabriel</b>	
Itinerâncias macaronésias. Mito e discurso científico na obra pseudo-heteronímica de João Varela 273 <b>Ana Salgueiro Rodrigues</b>	
Cultura e identidade nos contos de Manuel Lopes 291 <b>Fernando Alberto Torres Moreira</b>	
O esporte e a construção da caboverdianidade: o cricket e o golfe 301 <b>Victor Andrade de Melo</b>	

## V. VIAGENS PELA MEMÓRIA NA LITERATURA ANGOLANA

- Ruptura e subjetividade: memória, guerra e ficção na escrita  
de José Luandino Vieira 323  
**Rita Chaves**
- Eduardo Agualusa dislocating the Portuguese language:  
*O Vendedor de Passados* trespasses the border 335  
**Patricia Schor**
- A invenção do futuro: (re)escritas do passado nos contos de  
José Eduardo Agualusa 357  
**Ana Margarida Fonseca**
- Significantes da Poética da Relação em “A Árvore que tinha batucada” 371  
**Marcia Souto Ferreira**

## VI. MOÇAMBIQUE: HISTÓRIAS, ESCRITAS E IDENTIDADES

- Onde apenas o longe é uma pátria 385  
**Ana Mafalda Leite**
- Resgatando histórias. Épica moderna e pós-colonialidade  
Uma leitura de *O Olho de Hertzog* de João Paulo Borges Coelho 391  
**Elena Brugioni**
- Duas meninas brancas 405  
**Omar Ribeiro Thomaz**
- O corpo como itinerário cultural em Paulina Chiziane 429  
**Joana de Medeiros Mota Pimentel**
- Paixão, política e cinema: Entrevista com Luís Carlos Patraquim 451  
**Joana Passos**
- Notas biográficas 463



## **“HOW TO DO THINGS WITH CONCEPTS?”: ARTICULAÇÕES ENTRE SIGNIFICANTES POLÍTICOS E BEGRIFFSGESCHICHTE NO PÓS-COLONIALISMO SITUADO**

Roberto Vecchi

O tema de que vou tratar não é canónico na teoria dos estudos pós-coloniais. Creio impropriamente, porque na verdade tem a ver com questões fundamentais de natureza epistemológica das quais estou convencido que não se pode prescindir no âmbito crítico. No título já está inscrito e exibido o problema. De facto, a primeira parte cita com uma evidente alteração final um livro bem famoso de John L. Austin *How to Do Things with Words*, obra muito citada e glosada que reúne as aulas de 1955 e se debruça sobre os actos linguísticos e a asserção, elaborando em particular a famosa teoria dos performativos de acordo com a qual o dizer pode ser um fazer, a enunciação pode ser um acto. A variação que se introduz é justamente no termo final “palavras” que é substituído pelo elemento que ocupa o centro desta reflexão, isto é, os “conceitos”. Qual a relação entre dizer e fazer em virtude do pensar, em suma? O outro elemento não em português é um termo alemão com densidade disciplinar – *Begriffsgeschichte* – que poderia ser indicado literalmente como “história conceptual”, mas na declinação alemã inscreve esta corrente crítica dentro de uma directriz específica – um nome próprio - que tem como nome dominante de referência Reinhart Koselleck. Mas porquê concentrar a reflexão sobre a interacção entre os actos e as forças ilocutórias do performativo e os conceitos inscritos numa possibilidade de pensá-los historicamente?

O nome, de facto, implica sempre um problema. Sobretudo se subentende a densidade de articulações conceituais só aparentemente - pela força nua do nome - estáveis, mas na verdade fortemente perturbadas e substancialmente variáveis. Por exemplo, o termo império: ao que nos referimos quando falamos de império ou de imperialismo? Num ensaio bastante conhecido, Reinhart Koselleck, o grande especialista alemão de história conceptual, ao retomar a obra pioneira de Richard Koebner dedicada à história semântica do termo Imperialismo de 1964, lembra como no arco de um século, de 1840 a 1960, este conceito tenha modificado profundamente o sentido pelo menos umas 12 vezes, sem que as gerações sucessivas se apercebessem da mudança (Koselleck, 2009: 27). E o império, que tem uma história de raízes profundíssimas e retorcidas, sofre variações não menos substanciais: um “poder” de forte intensidade que não se deixa localizar, que não adere ao espaço.

Por isso, do que estamos a falar quando falamos de impérios? E é viável qualquer diálogo sobre este tópico a partir de contextos e referenciais diferenciados? Poderia parecer só um problema de semântica histórica, este, mas sem nenhum tipo de relevância para estudos que elegem como objecto os dispositivos do poder colonial. Mas seria superficial negar a importância da relação, pelo contrário estruturante, que conjuga poder e linguagem.

Como já num texto famoso sobre a economia do intercâmbio linguístico sublinhava Pierre Bourdieu, referindo-se aos performativos, a pragmática mostra como os actos ilocutórios são actos de instituição que podem ser sancionados socialmente “só se têm do seu lado toda a ordem social” (Bourdieu, 1988: 56) ficando então como um caso dos efeitos de domínio simbólico. É interessante que mais recentemente Judith Butler em *Excitable Speech. A politics of Performative* (2010) aborda os performativos como um correlativo da visão de Foucault de acordo com a qual o poder contemporâneo não teria carácter soberano, deixando assim de ser uma representação ou um epifenómeno do poder, mas, muito mais, o performativo evidenciaria “o *modus vivendi* do próprio poder” (Butler, 2010: 104-105).

No entanto, é sempre um problema de “nomes”, ou melhor, é um problema que transita pelos nomes. E uma das armadilhas mais fáceis é confundir nomes e conceitos. Por exemplo, o que significa “ultramar”, cuja atestação encontramos em cantigas como as de escárnio de Martim Soares ou de Pêro da Ponte “Maria Perez, a nossa cruzada” (onde remete para terra santa) ou o Ultramar do último império? Claro que o segundo projecta retroactivamente uma força “fantasmática” sobre o primeiro, que lido hoje,

fora de contexto, se carrega de outros sentidos potenciais. Poderia então ser só uma história de nomes.

Na verdade também os nomes se tornam significantes complexos, “políticos” como os chama Žižek. E temos sobre estes aspectos relacionados com a política do nome muitos elementos de apreensão crítica que decorrem da reflexão sobre a performatividade do nome próprio. Nome próprio, neste caso, pode ser um nome de lugar, um topónimo que rearticula fantasmaticamente um passado traumático como poderia ocorrer por exemplo com os nomes de lugares de massacre (Auschwitz, Treblinka, Marzabotto ou Wiriamu, Juwau, Mucumbura).

Uma importante reformulação do problema da performatividade é a que Judith Butler propõe a partir da revisão da teoria de Žižek sobre o carácter performativo dos significantes políticos. Combinação, esta, que de certo modo supre às dificuldades implícitas a uma análise abstracta e exclusivamente limitada às questões do “discurso”. Em particular, Butler constrói a sua análise num denso diálogo com Žižek (*The Sublime Object of Ideology*) o qual combina o simbólico laciano e a noção de ideologia althusseriana, para reconfigurar os significantes políticos ultrapassando os limites das representações. Os significantes, de facto, não são descritivos de sujeitos dados, mas são signos vazios que produzem investimentos e rearticulações fantasmáticos de tipo diferente (Butler, 1996: 133), o que os abre para novos significados e possibilidade de re-significação política, numa função de facto performativa. A reformulação dos significantes políticos, funciona como um dispositivo de nomes próprios que não remetem para um conteúdo, para o termo representativo, mas agem como uma expressão performativa (*Idem*, 151). Uma “teoria performativa de nomes”, como a define Laclau ao prefaciá-lo o livro de Žižek. Butler então propõe uma “ocupação” dos significantes políticos que se prende numa corrente de usos anteriores e opera através de uma insistida “citação” do significante pela qual ele, o significante político, é constantemente re-significado. Ele torna-se assim “político” na medida em que implicitamente cita os exemplos anteriores reproduzindo a promessa fantasmática dos significantes e reelaborando-os na promessa do novo. Isso cria nos casos dos topónimos do massacre que de falávamos uma curiosa corrente simbólica, funcionando a representação de um massacre, com a fixação do seu “nome próprio”, como um palimpsesto para dizer outros massacres. Deste modo, os significantes políticos são reconhecíveis como performativos mas a performatividade deveria ser repensada como “força da citação” (Butler, 1996: 161).

O topónimo por exemplo do massacre, em si nunca poderá resgatar o referente perdido, porque inacessível, do massacre que ocupa a esfera do indizível ou do sublime trágico. Mas se pela performatividade da representação e da citação que se relaciona com a sua ocupação como significante político onde os restos e os rastros fantasmáticos desse e de outros massacres se repercutem e “agem” em chave performativa, construindo o que enuncia, o topónimo, Wiriamu por exemplo, pode se tornar não uma catacrese (isto é, uma figura que perdeu o seu carácter figurado), ou um “lugar comum”, mas um lugar político de uma topografia não esvaziada do tempo, aliás como uma topografia é sempre (Compagnon, 1996: 401).

O uso (performativo) do nome, “faz” assim o nome próprio, tornando-o não só um topónimo do indizível, mas um “lugar de massacre” que ocupa de modo fantasmático o significante político onde outros massacres são, por sua vez, re-citados. A politização dos nomes próprios é indispensável, no sentido que o topónimo ou a representação em si não seriam suficientes, mas é a combinação, a combinação de nome e representação que altera os jogos de força: Auschwitz ou Wiriamu assim não serão só lugares quaisquer mas justamente “lugares do massacre”, com uma possibilidade de resgate que é antes de tudo citacional (Vecchi, 2010: 175).

Entre os vários aspectos que esta reflexão sobre os significantes políticos – a política dos nomes próprios- evidencia, é a centralidade que nela possui o performativo, e de maneira mais geral o espaço que os performativos ocupam dentro da teoria contemporânea. Os enunciados que “fazem coisas com a palavras” de acordo com Austin, onde proferir o enunciado constitui a execução de uma acção, algo que vai além do simples dizer (Austin, 1996: 11) marcam uma importante passagem de modelo da linguagem como representação para a linguagem como acção (*Idem*: VIII).

Talvez Agamben tenha razão quando considera que a teoria dos performativos representa uma espécie de enigma na história do pensamento do século XX quase que correspondesse à permanência de um estado mágico da língua (Agamben, 2009: 74). O aspecto que interessa mais é que o performativo exhibe uma relação entre a língua e a praxe na esfera pública que se carrega de significado político a partir de uma base empírica material. Sem o investimento da função performativa o nome em si não bastaria para produzir alguma possibilidade de “representação” do “real” ou de apreensão da experiência.

Há uma tendência que às vezes se afirma, que faz com que um nome possa ser assumido como um conceito permanente. Por exemplo, no caso de Portugal, faz sentido afirmar que o império foi uma permanência que

desde Ourique até à Revolução dos Cravos sempre impregnou o conceito de nação? Ou que Portugal enquanto nação (reino ou estado) reproduziu as suas características flutuando através de três problemáticas – totalmente instáveis- histórias imperiais de um império que nunca foi um nem mesmo dentro da própria narrativa? É por isso que é oportuno convocar a história conceptual, porque ela se debate justamente com o mesmo problema e talvez seja possível criar um eixo interessante entre a política performativa dos nomes e a possibilidade de configurar uma teoria dos conceitos que permita referenciar histórica e precisamente cada conceito sem cair, como dizíamos, nas armadilhas do nome.

De facto, não se confunde com a semântica histórica a tendência científica que se afirma na teoria histórica mais lucidamente na década de 60, quando a história conceptual começa a estruturar-se, em particular na Alemanha, como uma metodologia da exegese histórica em particular na construção de um novo léxico político social alemão do século XVII ao Século XX. Aqui, Reinhart Kosellek marca as diferenças essenciais indicando que as palavras não têm coincidência com os conceitos que se pretende historicizar, as palavras podem assumir diferentes sentidos remetendo para múltiplas possibilidades de conceptualização, sem permanências possíveis. Como afirma num texto de certo modo doutrinário para a disciplina “O nosso método oscila por assim dizer entre a impositação semasiológica e a onomasiológica, entre a própria da história dos factos e a própria da história do espírito, são todas necessárias para poder apreender o conteúdo histórico de um conceito” (apud D’Angelo, 2004: 393).

Uma convergência que ressalta as diferenças, não a identidade das palavras, que se articula justamente a partir dos aspectos semasiológicos (que se refere aos significados, à mudança do significado dos conceitos) e onomasiológico (que diz respeito ao significantes, aos processos de condensação da experiência histórica num determinado conceito). É como se os conceitos então criassem constantemente relações, encaixes, deslizos, eixos novos que devem ser repensados não para chegar a uma definição absoluta impossível mas para apreender – interpretar- o funcionamento do que aparece sempre mais como um dispositivo (uma disposição). As possibilidades de intersectar, na relação temporal, conceito e o que é chamado de “estado de facto” a partir de uma coincidência abstracta e uma incoincidência efectiva (Koselleck, 2009: 32-33) - com conceitos como os -ismos políticos-económicos (“marxismo”, “capitalismo”, “fascismo”), “revolução” e sobretudo o desenvolvimento do conceito de “estado”.

Entre as várias consequências destas relações, afirma-se uma que é capital para repensar a *Begriffsgeschichte*: não se trata tanto da falta permanente de uma simetria entre conceitos e realidade, mas, muito mais importante, é a presença duma estrutura temporal interna que faz com que todos os conceitos fundamentais tenham elementos de significados passados, colocados em graus diferentes de profundidade, assim como têm expectativas projectadas para o futuro de diferentes dimensões (Koselleck, 2009: 39). Este dispositivo de futuro-passado gera potenciais de movimento e de transformação temporal do conceito (o exemplo decorre dos conceitos que terminam com o sufixo - ismo, por exemplo “patriotismo”) que se tornam imanentes à linguagem renovando-se continuamente. Neste ponto específico, de uma transformação contínua dos elementos em jogo, há uma possível conexão que podemos pensar entre esta abordagem à história conceptual e as rearticulações fantasmáticas dos significantes políticos, que vimos, onde há um desequilíbrio constante entre a história e o nome que no entanto mutuamente interferem e se condicionam.

Sempre Koselleck, numa conferência dedicada a Gadamer e em homenagem à hermenêutica filosófica, cita o caso de *Mein Kampf* de Adolf Hitler, o pamphlet onde já se perspectivava o extermínio dos judeus como o começo palingenético de um novo tempo histórico. Se isto já fixava um potencial de experiência muito forte, depois de Auschwitz e do nazismo, o mesmo elemento se carrega de uma força fantasmática ainda mais intensa e tenebrosa, porque não ficou no horizonte das ideias mas se efectivou num plano tragicamente histórico: Auschwitz muda o estatuto de *Mein Kampf* (Koselleck, 1990: 36). Será que podemos dizer o mesmo das obras onde a ideia de imperialismo português é representada? Depois da guerra colonial, por exemplo, é possível evocar este conceito, sem pensar no défice de elaboração traumática que a relação com o Atlântico ainda pressupõe?

Na verdade, a história conceptual, embora a partir de uma tendência distinta daquela da escola alemã, mais virada para a historiografia política de matriz inglesa, desenvolve também uma importante reflexão sobre os actos performativos e como estes podem contribuir para melhorar as conceptualizações do campo político. É mais o “jogo linguístico” do que os mecanismos de temporalização que domina a análise de historiadores como Quentin Skinner ou John G.A. Pocock. Em particular, das lições de Austin, é sobretudo o conceito de “acto ilocutório” e de “força ilocutória”. Como se sabe, o acto ilocutório é aquele acto que se realiza através de enunciados com uma certa força, que corresponde à execução de um acto no dizer (em

contraposição ao acto de dizer) com que se comunica que o acto foi realizado e se controla a sua recepção (Austin, 1996: 75).

Para Skinner a articulação de um sistema de actos ilocutórios conscientes permite captar a real intenção “política” do autor/actor e para isto é preciso saber o que o actor/autor estava a fazer enquanto executava um determinado acto de comunicação para entender a sua efectiva finalidade (Skinner, 2001: 125). Entre intenções dos falantes e força dos enunciados haveria portanto uma relação consistente que proporciona uma possibilidade de interpretação dos significados das ideias e dos actos comunicativos nos textos. Assume importância para esta linha de interpretação o valor do contexto e as circunstâncias dos enunciados (*Idem*, 138) de acordo com a qual todos os actos comunicativos correspondem a uma certa posição em relação a um debate anterior.

Assim, partindo dos enunciados é possível estabelecer uma rede de relações com outros enunciados e depois através do contexto definir como se referem a esses outros enunciados; deste modo deveria ser possível entender o que o autor estava a fazer, ao dizer ou escrever aquelas coisas (*Idem*, 140). O autor encontra o que pretende escrever no acto de escrever o que coloca a ilocução no centro da interpretação (e a perlocução é a moldura). Como sugere Pocock, ocorre situar o texto e o seu autor num contexto para reconstruir o texto como um evento histórico; a componente primária deste contexto é a linguagem (o que se diz, os actos ilocutórios, Pocock, 1990: 244-245). A convergência da *Begriffsgeschichte* com os estudos de historiografia política é negociável porque permitem combinar a heterogeneidade dos campos semânticos com a irredutibilidade dos contextos e dos jogos linguísticos pelos quais se expressa a intenção consciente do autor.

Mas então, se assim for, porque faz sentido fazer coisas não só com as palavras ou com os significantes políticos mas também com os conceitos? Dizer que os conceitos, como as palavras, são também actos, como aliás a reflexão sobre os performativos evidencia, o que é que significa?

Não se trata só de uma focalização hermenêutica geral ou abstracta. No caso do colonialismo português, tem, a meu ver, um eixo específico. Ao lado de uma dominação primária do ponto de vista material, fica sempre mais claro que a dominação simbólica que o colonialismo construiu (qual colonialismo?) era extremamente sofisticada, nos signos, retóricas, representações e também uso da performatividade. Por isso, parece-me indispensável, no contexto da discussão sobre o colonialismo, propor uma politização não só dos nomes mas também dos conceitos pelo meio dos recursos críticos da história conceptual. Porque a precariedade da soberania histórica que, nal-

guns contextos, o colonialismo teve, corresponde a uma soberania performativa – um performativo soberano, onde os actos linguísticos são figuras do poder- que ocorreu em termos de enunciados e discursos, se quisermos usar um pouco descontextualizado um conceito como o de “performativo soberano” definido, no campo jurídico, por MacKinnon e, no filosófico, por Butler.

Não estamos então só perante uma ferramenta crítica possivelmente útil, mas também perante um dispositivo de que o próprio colonialismo estadonovista se apropriou. Sem entrarmos no mérito de uma análise ainda por fazer em termos abrangentes, que encontra nas representações em particular jurídicas um território particularmente fértil – onde surge o performativo que Virno chama de “absoluto” do “eu falo” da presumida objectividade estadual, (Virno, 2003: 40-41) – a ideia de império e a da nação – só para citar duas constelações conceituais entre si reciprocamente configuradas – são submetidas a uma obra de construção e desmontagem que aproveita recursos e potencialidades da história conceptual. Ocorre, de facto, uma interrupção ou um apagamento daquilo que a *Begriffsgeschichte* define como a estrutura temporal interna do conceito de império, que cria uma ilusão atemporal de permanência e não de contínua ruptura como a que efectivamente se consumou. A dimensão ilocutória – para citar mais um exemplo flagrante- da retórica do “escrito-lido” salazarista como a chama José Gil (1995: 19) acentua a acção da estratégia recursiva do performativo própria da ambivalência da produção da nação como narração (cfr Bhabha, 478). O salazarismo, portanto, mostraria cabalmente como se podem fazer coisas com conceitos, sempre parafraseando obliquamente Austin. Por isso, um ingénuo exercício de nominalismo (uso aqui o termo conceptualmente, no sentido de conceitos abstractos ou os universais considerados não autónomos e garantidos pelo nome) baseado na unidade do nome nu secundaria os efeitos (perlocutórios, dir-se-ia) de um mecanismo conceptual que não tem nada de simplório.

Mas como reforçar as astúcias defensivas para não cair nas armadilhas criadas pelo próprio discurso nominalista e colonialista? Um possível ponto de fuga, a meu ver, surge justamente de uma combinação original entre uma perspectiva de história conceptual e uma política performativa dos nomes próprios de certo modo decalcada na topografia dos massacres de que falámos. Num ensaio recente sobre a definição de uma possível arqueologia do juramento, *Il sacramento del linguaggio*, Agamben (2009) detecta uma característica do performativo que faria com que a palavra, sendo pronunciada, possa assumir a eficácia de facto. Esta residiria no ca-

rácter autoreferencial do performativo que consistiria não só no facto de que o performativo remete para uma realidade que ele próprio constrói, ou seja, assumindo-se como referente, mas também porque a autoreferencialidade se constitui a partir de uma suspensão do carácter denotativo natural da linguagem (Agamben, 2009: 75).

Esta leitura é, a meu ver, interessante, porque mostra como o conceito derivado a partir de uma análise dos actos ilocutórios que se produzem no texto como vimos, não funciona como nome comum, mas, pela autoreferencialidade e a irredutibilidade dos contextos de uso do vocabulário por exemplo político (secundando, por exemplo, a lição de Skinner e Pocock). Ou seja, faz sentido assumir o conceito não como um nome comum ou um nome qualquer, caindo portanto nos riscos do nominalismo, da falsa continuidade, mas assumindo o conceito como nome próprio. Entendo aqui o nome próprio na esteira de como Saul Kripke o designa, ou seja, não um nome com um valor delimitado por descrições, mas como nomes próprios de coisas ou pessoas (Kripke, 1982: 29) ou, para outras finalidades, como Lévinas descreve em *Nomes próprios*: palavras pelas quais se designa mas também pela quais se interpela ou se chama o outro e que são “as palavras que toda a linguagem pressupõe, inclusive o que se retira no silêncio do puro pensamento” (Lévinas, 1984: XIX).

Tratar o conceito como nome próprio permite, de modo mais eficaz, “fazer mais coisas com conceitos”. A primeira vantagem é mostrar a diferença e a multiplicidade que a mesma palavra subentende portanto falar em império com i minúsculo não é o mesmo de falar de império com i maiúsculo que remete para um Império determinável, exigindo um exercício de definição histórica do conceito. Assim reconfigurados, os conceitos-nomes próprios podem funcionar também como significantes políticos, como performativos, e a sua performatividade pode ser entendida como “força da citação” com um poder porém não ideológico mas de evocação fantasmática e performativa, que possui força histórica e política. É claro que o nome próprio sozinho não exhibe traços distintivos claros. Podemos ter Portugais e Impérios cujas delimitações se confundem e não ficam claras.

É por isso que, para garantir o sentido efectivo do conceito como nome próprio, como signifiante político, a sua significação produzida por enunciados e actos linguísticos – uma verbalização como acto político (Pocock, 1990) – é oportuno que o nome próprio aja dentro de um texto, actue através de uma narrativa que lhe estruture, através das temporalidades implicadas pela narração, o dispositivo de futuro-passado. Esta consequência é útil para entender um lado prático de uma proposição que frequentemente ouvimos,

repetimos e escrevemos, que porém corre sempre o risco de ficar apodíctica ou inexplicada, ou seja, que “o que foi o colonialismo está na literatura”, que esta, a literatura, configura experiências históricas que doutro modo pelos canais da história documentária não conseguiríamos reconstruir e ficaria irremediavelmente perdida ou dispersa.

Se é sobretudo imerso na narrativa que o nome próprio pode reactivar alguns dos seus “jogos” linguísticos, ou seja, é a narrativa que dá propriedade ao nome, então, a relação entre literatura e experiência histórica, fora da armadilha das representações, pode ocorrer a partir das obstruções, dos restos remanescentes que o “Real” lacanianamente impossível dissemina pela problematicidade de preservar “a presença do presente” (Lévinas, 1984: 68). Sendo assim a literatura poderá significar, como ou até mais do que as ciências sociais, os nomes próprios/conceitos da condensação da experiência.

A concretude politicamente significativa que a reflexão sobre conceitos e performatividade permite pensar, combinando palavras e actos, discursos e factos, pode recolocar obras que talvez tenham captado precocemente e fora desse pensamento a importância de “fazer coisas com conceitos”: cito aquela que a meu ver ofereceria maiores elementos de problematização que é a *Mensagem* pessoana onde a força ilocutória de dizer Portugal que é também não só um repensá-lo, mas sobretudo poética e performativamente um refazê-lo politicamente -como sabemos inclusive das melhores leituras. E a epígrafe do poema contém já em embrião esta possibilidade de leitura crítica da experiência histórica não historicizável de Portugal: “Benedictus Dominus Deus / Noster qui dedit nobis / signum”.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio (2009), *Il sacramento del linguaggio. Archeologia del giuramento* (Homo sacer II,3), Bari, Laterza. 2ª edizione.
- AUSTIN, John L. (1996), *Come fare cose con le parole*, trad. Carla Villata, Genova, Marietti.
- BHABHA, Homi K. (1997), *Nazione e narrazione*, trad. Antonio Perri, Roma, Meltemi.
- BOURDIEU, Pierre (1988), *La parola e il potere. L'economia degli scambi linguistici*, trad. Silvana Massari, Napoli, Guida.
- BUTLER, Judith (1996), *Corpi che contano: i limiti discorsivi del sesso*, trad. Simona Capelli, Milano, Feltrinelli.

- (2010), *Parole che provocano. Per una politica del performativo*, trad. Sergia Adamo, Milano, Raffaello Cortina.
- COMPAGNON, Antoine (1996). *O trabalho da citação*, trad. pt. Cleonice P.B. Mourão, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- D'ANGELO, Paolo (2004), "Storia dei concetti", in Cometa, Michele (ed.) *Dizionario degli studi culturali*, Roma, Bulzoni, pp.388-396
- GIL, José (1995), *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água.
- KOSELLECK, Reinhart (2009), *Il vocabolario della modernità. Progresso, crisi, utopia e altre storie di concetti*, trad. Carlo Sandrelli, Bologna, Il Mulino.
- KOSELLECK, Reinhart & Gadamer Hans-Georg (1990), *Ermeneutica e storica*, trad. it., Genova, Il Melangolo.
- KRIPKE, Saul (1982), *Nome e necessità*, trad. Marco Santambrogio, Torino, Boringhieri.
- LÉVINAS, Emmanuel (1984), *Nomi propri*, trad. Francesco Paolo Ciglia, Genova, Marietti
- POCOCK, John G.A. (1990), *Politica, linguaggio e storia*, trad. Giuseppe Gadda Conti, Milano, Ed. Comunità.
- SKINNER, Quentin (2001), *Dell'interpretazione*, trad Raffaele Laudani, Bologna, Il Mulino.
- VECCHI, Roberto (2010), *Excepção Atlântica. Pensar a literatura da guerra colonial*, Porto, Afrontamento.
- VIRNO, Paolo (2003), *Quando il verbo si fa carne. Linguaggio e natura umana*, Torino, Bollati Boringhieri.
- ŽIŽEK, Slavoj (1989), *The Sublime Object of Ideology*, London-New York, Verso.